

ENTRE O BRINCAR E O ENSINAR: A INSERÇÃO DA LUDICIDADE NAS POLÍTICAS CURRICULARES

Rhadyja Riany Santos da Silva ¹
Aline Sara dos Santos Barbosa ²
Sabrina Daudt Arruda Leite ³

INTRODUÇÃO

A pesquisa em Políticas Curriculares e Profissionalização Docente é fundamental para compreender como as diretrizes educacionais moldam as práticas pedagógicas e influenciam o desenvolvimento docente. As políticas curriculares, ao definirem conteúdos, metodologias e formas de avaliação, buscam garantir uma educação de qualidade e equitativa, promovendo ambientes de aprendizagem que estimulem o desenvolvimento integral das crianças. Nesse contexto, destaca-se a importância da ludicidade como elemento essencial no processo educativo, por favorecer a criatividade, a interação social e a construção significativa do conhecimento (Bacelar, 2009).

Entretanto, observa-se que, em muitos espaços da Educação Infantil, especialmente em municípios do agreste pernambucano, as práticas lúdicas ainda são limitadas, resultado de políticas curriculares marcadas por perspectivas tecnicistas e prescritivas. Essa rigidez restringe a atuação docente e a implementação de metodologias mais dinâmicas, centradas na criança e em seu protagonismo no processo de aprendizagem. A experiência vivenciada no Estágio Supervisionado I em Educação Infantil evidenciou essa problemática, motivando a investigação sobre a presença e a integração da ludicidade nas políticas curriculares de Cumarú-PE.

A relevância deste estudo está em analisar se as políticas curriculares em vigor favorecem práticas pedagógicas que valorizem o lúdico como instrumento de desenvolvimento infantil, além de identificar desafios e possibilidades enfrentados pelos professores na prática cotidiana. Assim, o presente trabalho tem como objetivo geral

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, rhadyja.riany@ufpe.br

²Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, aline.sara@ufpe.br;

³Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, sabrina.daudtarruda@ufpe.br



compreender a presença e a integração da ludicidade na política curricular da Educação Infantil no município de Cumaru, desdobrando-se nos seguintes objetivos específicos: Analisar as concepções docentes sobre a ludicidade na Educação Infantil; Investigar as contribuições das políticas curriculares para as práticas lúdicas; Mapear as políticas que influenciam a formação de professores no que se refere à ludicidade.

Dessa forma, busca-se contribuir para o debate sobre a relação entre políticas curriculares, formação docente e práticas lúdicas, destacando a importância de uma educação infantil que una diretrizes e afetividade, garantindo experiências significativas para as crianças.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa é de natureza empírica e qualitativa, configurando-se como um estudo de campo voltado a compreender como a ludicidade se faz presente nas políticas curriculares da Educação Infantil no município de Cumaru-PE. Seguiu uma abordagem naturalística (André, 1995), analisando o fenômeno em seu contexto real, sem manipulação de variáveis. Possui caráter exploratório, explicativo e descritivo (Gil, 2002), buscando conhecer o problema, esclarecer relações e descrever os fenômenos observados.

O estudo foi realizado em uma instituição pública do campo, denominada ficticiamente Escola Municipal Margarida, localizada na zona rural do município. O campo de pesquisa envolveu duas turmas de pré-escolar II (A e B), cujas professoras participaram do estudo. A Professora A é pedagoga, especialista em Educação Especial e possui 18 anos de experiência na Educação Infantil. A Professora B é graduada em Geografia e atua tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental II, com apoio de uma auxiliar de ensino médio.

Como instrumentos de coleta de dados, utilizaram-se questionários e observações diretas. Os questionários buscaram identificar as concepções das docentes sobre ludicidade e a influência das políticas curriculares em suas práticas, conforme Severino (2007), que o define como um conjunto de questões para obtenção de informações escritas sobre determinado objeto. As observações ocorreram durante uma formação continuada da Secretaria Municipal de Educação, intitulada “Concepção de linguagem oral e escrita/Alfabetização na perspectiva do letramento na Educação



Infantil”, permitindo analisar as interações docentes e a presença da ludicidade nesse espaço formativo.

Também foi feita uma análise do espaço escolar e dos recursos didáticos disponíveis, a fim de compreender em que medida o ambiente e os materiais favorecem práticas lúdicas. A triangulação entre questionário, observação e análise documental possibilitou uma visão mais ampla das relações entre políticas curriculares, formação docente e ludicidade na Educação Infantil.

REFERENCIAL TEÓRICO

A ludicidade ocupa papel central na Educação Infantil, sendo reconhecida como elemento essencial no desenvolvimento integral da criança e na construção de suas aprendizagens. Kishimoto (1994, p. 15) defende que “o jogo é uma atividade que promove o desenvolvimento físico, social, moral e intelectual da criança, sendo uma forma de expressão e comunicação”. Dessa maneira, o brincar não deve ser reduzido a uma atividade meramente recreativa, mas compreendido como um meio pelo qual a criança experimenta, cria, interage e constrói significados sobre o mundo. De acordo com Modesto e Rubio (2014, p. 3), “é por meio do brincar que a criança constrói sua identidade, aprende a enfrentar desafios e compreender o mundo”, sendo essa prática parte de um processo que estimula a imaginação, o raciocínio e a afetividade.

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) também reforça essa concepção ao indicar que as interações e brincadeiras são os eixos estruturantes da Educação Infantil, assegurando o direito da criança de aprender de forma prazerosa, criativa e significativa. Contudo, ao mesmo tempo em que a BNCC reconhece a importância da ludicidade, observa-se que muitas políticas curriculares a tratam de modo instrumental, reduzindo-a a uma estratégia didática voltada à execução de habilidades específicas. Lopes e Macedo (2011, p. 25) destacam que “as políticas curriculares contemporâneas tendem a se constituir como prescrições e não como orientações”, o que restringe a autonomia dos docentes e interfere na espontaneidade das práticas lúdicas.

Esse cenário se intensifica com programas como o Criança Alfabetizada, que, embora apresentem a intenção de fortalecer a alfabetização, acabam reforçando práticas tecnicistas e a antecipação de conteúdos. Tais políticas, ao priorizarem metas e resultados, podem distorcer o sentido do brincar, que passa a ser utilizado como



ferramenta para o ensino formal. Nessa perspectiva, Silva (2021, p. 4) aponta que “o ensino através do lúdico deve proporcionar prazer e curiosidade, e não se limitar a uma obrigação curricular”. Assim, a ludicidade, ao ser submetida a imposições curriculares, corre o risco de perder seu caráter emancipatório, tornando-se um instrumento de controle e não de liberdade criativa.

A autonomia docente, por sua vez, tem sido cada vez mais comprometida pelas exigências das normativas institucionais e pela necessidade de adequação a diretrizes externas. Conforme afirmam Silva et al. (2024, p. 6), “a autonomia docente vem sendo gradativamente substituída pela necessidade de adequação às normativas institucionais, o que compromete o caráter criativo e reflexivo da prática pedagógica”. Essa realidade demonstra que, embora o discurso das políticas públicas valorize o brincar, na prática, o professor se vê limitado por metas e padrões que o afastam de sua função mediadora e criadora.

Nesse sentido, é imprescindível refletir sobre a formação docente e sua relação com a ludicidade. Bacelar (2009, p. 42) ressalta que “é fundamental que o professor compreenda o brincar como uma linguagem da criança e, portanto, como meio legítimo de aprendizagem”. Entretanto, a formação inicial e continuada dos professores ainda carece de um olhar mais profundo sobre o papel da ludicidade no processo educativo, uma vez que grande parte das formações oferecidas pelas redes públicas privilegia aspectos técnicos e burocráticos da BNCC, em detrimento de práticas que estimulem a sensibilidade, a criatividade e a reflexão pedagógica.

Silva et al. (2024, p. 9) reforçam essa necessidade ao afirmarem que “o professor precisa ser reconhecido como sujeito de sua prática, e não como mero executor de programas”. Essa compreensão é fundamental para a consolidação de uma prática pedagógica autônoma e crítica, que perceba a ludicidade não apenas como instrumento, mas como princípio formador. Quando o brincar é valorizado em sua dimensão humana, cultural e política, ele se torna espaço de criação, imaginação e diálogo, contribuindo para uma educação mais significativa e transformadora.

Dessa forma, o referencial teórico evidencia que a ludicidade deve ser compreendida de maneira ampla, como uma dimensão constitutiva da infância e da prática pedagógica, capaz de articular o prazer de aprender com o desenvolvimento integral da criança. Isso exige a valorização da autonomia docente, a revisão das políticas curriculares e a consolidação de processos formativos que reconheçam o brincar como fundamento do aprender e como expressão de uma educação verdadeiramente humanizadora.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das respostas das docentes revelou que ambas reconhecem a ludicidade como um elemento essencial no processo de ensino-aprendizagem. Para a Professora A, “o lúdico é uma necessidade humana que proporciona integração com o ambiente, sendo meio de expressão e aprendizado”, o que demonstra uma compreensão alinhada à ideia de Modesto e Rubio (2014, p. 3), segundo os quais é brincando que a criança constrói sua identidade, aprende a enfrentar desafios e compreender o mundo. Já a Professora B definiu a ludicidade como uma estratégia para chamar a atenção dos alunos e promover interação, restringindo-a, porém, à dimensão das brincadeiras, sem considerar outras manifestações como dança, jogo ou música, conforme ressalta Bacelar (2009).

Durante a formação observada — “Concepção de linguagem oral e escrita/Alfabetização na perspectiva do letramento na Educação Infantil” —, foi possível perceber que a aplicação da BNCC norteia fortemente as práticas pedagógicas. A fala da Professora A reforça isso: “A ludicidade é uma metodologia utilizada diariamente juntamente com as demais habilidades vivenciadas nos campos de experiências da BNCC.” Essa ênfase nas habilidades e competências demonstra a influência das políticas curriculares na prática docente, muitas vezes orientadas por programas como o “Criança Alfabetizada”, que priorizam resultados mensuráveis em avaliações externas.

Como aponta Silva (2021), o ensino através do lúdico deve proporcionar prazer e curiosidade, mas a crescente exigência de alfabetização precoce tem reduzido os espaços de exploração e criatividade. As professoras relataram dificuldades em equilibrar as práticas lúdicas com as demandas curriculares, o que confirma o caráter prescritivo dessas políticas (SILVA et al., 2024). Em muitos casos, o lúdico é mantido apenas como meio para atingir metas avaliativas, e não como um fim educativo em si mesmo.

Outro ponto observado diz respeito aos recursos pedagógicos: embora existam materiais disponíveis, as docentes afirmam que frequentemente precisam produzir seus próprios recursos para viabilizar atividades lúdicas, o que reforça a sobrecarga do trabalho docente. Essa realidade evidencia a necessidade de políticas públicas que garantam condições estruturais e formativas adequadas para a efetiva valorização da ludicidade.

Por fim, a análise indica que as políticas curriculares atuais, ao privilegiarem o cumprimento de metas e indicadores, acabam reduzindo a autonomia docente. Como defendem Silva et al. (2024), esse movimento subtrai a intelectualidade e a capacidade crítica dos professores, substituindo-as por uma postura de conformidade. Assim, a ludicidade acaba esvaziada de seu potencial formativo, tornando-se instrumento de aplicação curricular, e não de emancipação pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo compreender de que forma a ludicidade se integra às políticas curriculares da Educação Infantil no município de Cumaru. A pesquisa evidenciou que, embora os docentes reconheçam o valor do lúdico para o desenvolvimento infantil, a estrutura normativa das políticas educacionais, marcada pelo foco em resultados e avaliações externas, ainda restringe a aplicação plena de práticas lúdicas no cotidiano escolar. Assim, o brincar, que deveria ser um eixo central da infância, muitas vezes é tratado como um recurso secundário.

As formações continuadas e os programas institucionais analisados demonstram uma forte vinculação às diretrizes da BNCC, o que tende a reduzir a autonomia pedagógica e a liberdade criativa dos professores. Observou-se que a ludicidade é, frequentemente, instrumentalizada como estratégia de ensino voltada à alfabetização precoce, e não como experiência significativa em si. Além disso, a escassez de recursos adequados e o excesso de exigências burocráticas tornam o ambiente escolar pouco favorável à exploração e à criatividade das crianças.

Conclui-se que a efetiva valorização da ludicidade na Educação Infantil exige políticas que reconheçam o professor como sujeito ativo do processo educativo e respeitem a singularidade da infância. É fundamental que as formações e currículos deixem de ser meramente prescritivos e se tornem mais democráticos, flexíveis e sensíveis às realidades locais. Somente assim será possível garantir que o brincar ocupe o lugar que lhe é de direito — o de instrumento de aprendizagem, expressão e construção do ser infantil.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M.E.D.A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

BACELAR, Vera Lúcia da Encarnação. **Ludicidade e educação infantil**. Editora da Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 1-144, 2009.





BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília:MEC, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida e PINAZZA, Mônica Apezzato. **Froebel: uma pedagogia do brincar para infância**. Pedagogia(s) da infância: dialogando com o passado construindo o futuro. Tradução. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Apresentação: Uma alternativa às políticas curriculares centralizadas**. Roteiro, [S. l.], v. 46, p.e27181, 2021.

MODESTO, Mônica Cristina e RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. **A importância da Ludicidade na Construção do Conhecimento**. Revista Eletrônica Saberes Da Educação, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 1-16, 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. SP: Cortez Editora, 2007.

SILVA, Antônio Veimar da, et al. **Educação Infantil: O lúdico de acordo com a BNCC**. Research, Society and Development, v. 10, n. 12, p. 1-14, 2021.

SILVA, Maria Angélica da. et.al **Profissionalização docente e projetos em disputa na formação inicial de professores no Brasil: na complexa teia da globalização e do neoliberalismo**. Revista Educação, Sociedade & Cultura, 18 jan. 2024.

